



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 072

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 072**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Ofícios.....	02
Requerimentos	03
Projetos de Lei	03
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	04
3ª Discussão	08
2ª Discussão	08
1ª Discussão	15
Discussão Única (Proposições). 15	
Requerimentos	20
Encerramento da Sessão	20
Transcrição.....	20
Publicações:	
Diretoria Geral:	
Portarias	21

004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Elza Correia, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

Às treze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Jocelito Canto e Nelson Justus (05).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão Extraordinária:

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Ofícios**

Sob o nº 356/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre recursos oriundos do pedágio na ponte de Guaíra. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 336/2005, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que pede esclarecimentos sobre processos licitatórios realizados pelo DER a partir de 01 de janeiro de 2003. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 272/2005, do Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que pede esclarecimentos sobre processo licitatório da dragagem do canal do Porto. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CTL/CC 090/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

267/2005: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede aos frigoríficos de abate de gado bovino e outros, opção pelo crédito de importância equivalente à aplicação de alíquota de ICMS de 12% e adota outras providências sob o tributo, o qual foi convertido em Lei nº 14.747. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 092/2005, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 240/2005 e 467/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação da Proposição nº 045/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 058/2005, constante do item 17 da Ordem do Dia desta Sessão.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação das Proposições nºs 038/2005, 045/2005 e 046/2005, itens 15, 16 e 17 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação das Proposições nºs 038/2005, 045/2005 e 046/2005, itens 15, 16 e 17 da Ordem do Dia e votação em bloco dos mesmos.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve REQUER voto de louvor aos juízes Dr. Marcos Geron e Dra. Roreana Ceschin G. R. Assunção.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste voto de louvor sustenta-se pelo trabalho efetivado na campanha “Drogas não, quero você feliz”, realizada naquela comarca, campanha esta baseada em três pilares: 1) política permanente de prevenção de drogas; 2) o álcool é a droga mais perigosa e lesiva ao País; 3) o pai e a mãe são insubstituíveis e imprescindíveis na proteção dos filhos.

Solicito envio do presente voto aos Exmos. membros do egrégio Tribunal de Justiça e ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão Ordinária, de matéria objeto da coluna do jornalista Sebastião Nery, publicada no jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro e reproduzida pela imprensa nacional, pela análise lúcida e isenta dos fatos narrados à luz dos direitos e garantias constitucionais do cidadão brasileiro.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 427/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Aos estabelecimentos que industrializem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados no Município de Foz do Iguaçu, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Trans-

porte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS:

I - fica diferido o recolhimento do ICMS correspondente à importação do exterior de componentes, partes e peças, promovida pelos estabelecimentos a que se refere o *caput* deste artigo, para a fabricação de produtos de informática, eletroeletrônicos e de telecomunicações;

II - fica concedido, aos estabelecimentos industriais de que trata o *caput* deste artigo, crédito fiscal de ICMS correspondente a 80% do valor do ICMS destacado na venda do produto, quando da operação de saída resultante da industrialização, em que forem aplicados os componentes, partes e peças recebidos do exterior com diferimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A produção de eletroeletrônicos no Brasil é recente e pequena, insuficiente para a grande demanda e para o crescimento do mercado do País, sendo que Ciudad del Este (Paraguai) é o maior pólo revendedor de informática e de câmeras digitais da América Latina.

Desde 1997, a indústria eletrônica tornou-se o maior setor econômico do planeta, passou a ser maior que os setores de petróleo e automotivo, e cresce 15% ao ano.

Assim, objetiva o presente projeto de lei conceder um tratamento tributário diferenciado para as indústrias de produtos eletroeletrônicos, de informática e de telecomunicações, estabelecidas em Foz do Iguaçu, de tal modo a se acabar com a informalidade e com isso quintuplicar a arrecadação do ICMS sobre tais produtos, de um lado incentivando a criação de indústrias e a geração de empregos e, de outro, o aumento da arrecadação estadual.

Adite-se ainda que, é crucial a geração de postos de trabalho na tríplice fronteira, não só para a geração de emprego e renda e a arrecadação tributária, como também, para a derradeira ação de combate ao descaminho e ao contrabando, já que as novas atividades a serem criadas poderão absorver grande parte da mão-de-obra, hoje dedicada ao comércio “formiga” na fronteira, isto após a aplicação de treinamentos específicos que, por sua vez, gerarão outra frente, que é justamente a área de ensino e pesquisa, num ciclo virtuoso que poderá ser a redenção de Foz do Iguaçu.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Elza Correia)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 49 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2005, que objetiva alterar a redação do *caput* do artigo 16, da Lei nº 1943, de 23/06/54, e adota outras providências (Código da Polícia Militar do Paraná). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 053/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* do artigo 16, da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. A classificação dos Coronéis e Tenente-Coronéis da Polícia Militar do Paraná, nas diversas funções da Corporação, é feita exclusivamente por decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral.”

Art. 2º O artigo 160, da Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160. O direito ou obrigatoriedade de transferência para a reserva remunerada, previstos nesta lei, poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, na vigência de estado de defesa, estado de sítio, de estado de guerra ou de mobilização e de grave comoção interna.

§ 1º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, previsto no *caput* deste artigo também poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, por necessidade técnica do serviço, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

§ 2º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, prevista no *caput* deste artigo, será suspenso obrigatoriamente nos casos dos oficiais do último posto da Corporação que não contem com 04 (quatro) anos de exercício no posto.

§ 3º A permanência no cargo após 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, acarreta a automática agregação do oficial ao seu respectivo quadro e não poderá exceder aos seguintes prazos:

I - oficiais ocupantes dos cargos de Comandante-Geral, Chefe da Casa Militar e Chefe do Estado-Maior: cinco anos; e

II - oficiais ocupantes dos demais cargos: dois anos.

§ 4º Em decorrência do disposto no parágrafo 2º deste artigo, poderão ser classificados Coronéis nas seguintes funções, respeitados os quadros e especialidades:

I - Chefe do Estado-Maior do Comando do Policiamento da Capital;

II - Chefe do Estado-Maior do Comando do Policiamento do Interior;

III - Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Ponta Grossa;

IV - Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Maringá;

V - Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Londrina;

VI - Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Cascavel;

VII - Comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Paranaguá;

VIII - Comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Foz do Iguaçu;

IX - Comandante do 16º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Guarapuava;

X - Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar, sediado em São José dos Pinhais;

XI - Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, sediado em Curitiba;

XII - Comandante do Batalhão de Polícia Florestal, sediado em Curitiba;

XIII - Comandante do 3º Grupamento de Bombeiro, sediado em Londrina;

XIV - Comandante do 5º Grupamento de Bombeiro, sediado em Maringá;

XV - Diretor do Hospital da Polícia Militar;

XVI - Chefe da Policlínica Odontológica da Polícia Militar;

XVII - Assessor Policial Militar na Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XVIII - Assessor Policial Militar no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

XIX - Presidente de Comissões Especiais ou Coordenador de Projetos de interesse do Governo do Estado do Paraná, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná.”

Art. 3º Ficam acrescidos os parágrafos 1º, 2º e 3º, ao artigo 43, da Lei nº 5944, de 21 de maio de 1969, com a seguinte redação:

“Art. 43. ...

§ 1º Só poderá ser indicado à promoção ao posto de Coronel, em todos os quadros e especialidades, o oficial que tiver tempo de serviço, para todos os efeitos legais, igual ou inferior a 33 (trinta e três) anos, na data da abertura da vaga a que concorrer.

§ 2º Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 01 (um) ano, a contar da vigência da lei em que se deram estas alterações também poderá ser indicado à promoção ao posto de Coronel, em todos os quadros e especialidades, o oficial que tiver tempo de serviço, para todos os efeitos legais, igual ou inferior a 34 (trinta e quatro) e superior a 33 (trinta e três) anos, na data da abertura da vaga e que concorrer, sem prejuízo das demais disposições relativas à reserva remunerada vigentes a partir destas alterações.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a agregação do oficial ao seu respectivo quadro não poderá exceder a três anos.”

Art. 4º O inciso 3º do artigo 46 da Lei nº 5944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46. ...

III - interstício mínimo de permanência no posto:

Aspirante a oficial: um ano;

Oficiais Subalternos e Intermediários: dois anos; e

Oficiais Superiores: um ano.”

Art. 5º Revoga-se o inciso IV, do artigo 46, da Lei nº 5944, de 21 de maio de 1969.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a partir de 27 de dezembro de 2004, para os fins de promoção ao posto de Coronel.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 150/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora

de deficiência, a dispensa de parte do trabalho, respeitada a execução de metade da carga horária semanal, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. Compreende-se como pessoa portadora de deficiência aquela que sofre debilidade ou incapacidade física, mental ou sensorial, comprovada por perícia médica realizada pelo órgão estadual competente.

Art. 2º Fica a cargo do ParanaPrevidência elaborar avaliação, plano de tratamento e programas de adaptação para as mães e responsáveis das pessoas portadoras de deficiência, especificando a carga horária necessária e fiscalizando o efetivo tratamento e/ou acompanhamento aos programas de adaptação mencionados neste artigo.

Art. 3º As disposições desta lei aplicam-se ao servidor público:

I - viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenha sob sua guarda, tutela ou curatela, pessoa portadora de deficiência, desde que comprovada a dependência.

II - que tenha esposa ou companheira portadora de deficiência.

Art. 4º A dispensa prevista em lei aplica-se aos servidores e funcionários da Administração Direta e Indireta e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive aqueles que possuem como carga horária 20 (vinte) horas semanais.

Art. 5º A dispensa de parte da jornada de trabalho de que trata esta lei perdurará enquanto, comprovadamente, necessário o tratamento clínico ou terapêutico da pessoa portadora de deficiência, sendo esta submetida anualmente a avaliação pelo órgão estadual competente.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 161/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa dos servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná, consignação de:”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2005, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 262/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados, na Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um cargo de Diretor Operacional das Águas, símbolo DAS-3;

II - quatro cargos de Coordenador da Agência de Bacia Hidrográfica, símbolo DAS-5; e

III - um cargo de Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, símbolo DAS-5.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes administrativos e orçamentários necessários ao cumprimento dos dispositivos desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 264/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2005, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º da Lei nº 12.975, de 17/11/2000, que extinguiu o Quadro de Oficiais Femininas da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 264/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões no Quadro de Oficiais Policiais Militares, Bombeiros Militares e Qualificações de Praças, para pessoas do sexo feminino.

Art. 2º Fica permitido o ingresso de mulheres no Quadro de Oficiais Bombeiros Militares (QOBM), nas Qualificações de Praças Especiais Bombeiros-Militares (Aspirante-a-Oficial BM e Aluno Oficial BM) e de Praças Bombeiros-Militares Geral 2 (QPMG-2), e na Particular QPMP-0.

§ 1º Às atuais integrantes do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM), das Qualificações de Praças Especiais Policiais Militares (Aspirante-a-Oficial PM e Aluno Oficial PM) e Policial Militar Geral 1 (QPMG-1) e da Particular QPMP-0, é assegurado o direito de ingresso, por opção nos Quadros que trata este artigo, respeitando-se a antigüidade relativa a cada posto e a graduação, pelo prazo de 01 (um) ano, contado a data da publicação desta lei.

§ 2º As mulheres que optarem pelo Quadro ou pela Qualificação de que trata este artigo, deverão, obrigatoriamente, fazer o curso de capacitação para estarem aptas ao exercício da função de Bombeiro Militar.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2005, que autoriza o Poder Executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na Empresa Ambiental Paraná Florestal S.A., abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 311/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a proceder à redução do capital subscrito na Empresa Ambiental Paraná Florestas S/A, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), os quais serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), destinado à aquisição de equipamentos e material permanente para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 3º Servirá como recurso para o crédito de que trata o artigo 2º desta lei, igual importância proveniente da devolução do Governo do Estado do capital subscrito na Empresa Ambiental Paraná Florestas S/A, de que trata o artigo 1º desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações Relativas Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 341/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O lançamento do imposto incidente nas operações internas com trigo em grãos classificados na posição 10.01.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH fica diferido para o momento em que ocorrer:

- a) sua saída para outro Estado;
- b) sua saída para o exterior;
- c) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Parágrafo Único - O diferimento previsto neste artigo, tratando-se de mercadoria importada do exterior, aplica-se à operação realizada por estabelecimento fabricante de farinha de trigo ou de outros produtos que utili-

zem como matéria-prima o trigo em grão, situado em território paranaense, em que o desembarque e o desembaraço aduaneiro da mercadoria ocorram no Estado.

Art. 2º O lançamento do imposto incidente nas operações internas de farinha de trigo classifica na posição 11.01.00 na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, e de mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, que contenha no mínimo 95% de farinha de trigo, classificada no código 1901.20.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, Sistema Harmonizado - NBM/SH, promovida pelo seu fabricante, fica diferido para o momento em que ocorrer:

- a) sua saída para outro Estado;
- b) sua saída para o exterior;
- c) sua saída de estabelecimento atacadista ou varejista;
- d) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Art. 3º Não se encerra a fase do diferimento quando a saída estiver também alcançada por diferimento, inclusive em operações interestaduais.

Art. 4º O disposto na alínea “c” do artigo 1º e na alínea “d” do artigo 2º não se aplica nas remessas, em operações internas, para depósito a qualquer título, assim como no retorno ao estabelecimento remetente.

Art. 5º Ficam isentas do ICMS as operações internas com os produtos adiante indicados:

- a) massas alimentícias não cozidas, nem recheadas ou preparadas de outro modo, desde que classificadas na posição 1902.11 ou 1902.19 da NBM/SH;
- b) pão francês ou de sal, assim entendido aquele de consumo popular, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenham ingredientes que venha a modificar o seu tipo, característica ou classificação e que sejam produzidos com o peso de até 1000 gramas, desde que classificados na posição 1905.90 da NBM/SH;
- c) biscoitos e bolachas derivados do trigo, dos tipos “cream cracker”, “água e sal”, “maisena”, “maria” e outros de consumo popular, desde que cumulativamente:
 1. sejam classificados na posição 1905.31 da NBM/SH.
 2. não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados, independente de sua denominação comercial.

Parágrafo Único. Na saída isenta prevista neste artigo fica dispensado o pagamento do imposto diferido na forma dos artigos 1º e 2º desta lei.

Art. 6º Nas saídas interestaduais, dos produtos relacionados no artigo 2º, com destino aos Estados das regiões sudeste e sul, exceto o Estado do Espírito Santo,

os estabelecimentos fabricantes poderão utilizar a título de crédito o valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor dessas operações, sem prejuízo da utilização dos demais créditos fiscais.

§ 1º O crédito referido neste artigo não se aplica em relação às operações interestaduais sob o regime de diferimento.

§ 2º Decreto do Poder Executivo fixará a elevação do percentual do crédito previsto neste artigo até o limite da alíquota aplicável, de forma a anular o débito da operação, caso, no Estado de destino vier a vigorar tratamento que reduza a carga tributária do ICMS nas operações internas com esses produtos.

Art. 7º Fica revogada a alínea “b” do artigo 4º da lei nº 13.214 de 29 de junho de 2001.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

3ª Discussão

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na Aquisição de Automóveis destinados ao Transporte Escolar, nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação o Substitutivo Geral da CCJ.

Aprovado.

Está em votação o projeto.

Aprovado.

2ª Discussão

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a cessão de uso de imóvel para a instalação da Delegacia de Estelionato e de Trânsito, no Município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600 de 27.12.2004, (Polícia

Militar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005).**

PROJETO DE LEI Nº 177/2005
ANÁLISE PRÉVIA

Autoria

Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca

Súmula

Corrige denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27.12.2004 - Orçamento Anual do Estado.

Preâmbulo

O projeto de lei em discussão tem como objetivo corrigir a denominação da corporação beneficiada no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600 (Lei Orçamentária Anual) pelas emendas à despesas decorrentes do Projeto de Lei nº 351/2004, de forma a permitir a destinação de recursos à Polícia Militar para implantação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Legitimidade

Em relação à matéria em análise, dispõe a Constituição Estadual:

“Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e os créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

§ 3º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual e aos projetos que o modifiquem somente poder ser aprovados caso:

(...)

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;

(...)”.

Logo, possui a Assembleia legitimidade para promover alterações decorrentes de correção de erros na referida lei.

Mérito

A destinação de dotação orçamentária para a implementação do referido Programa - PROERD - foi inicialmente atribuída à Polícia Civil. No entanto, tal programa é de iniciativa exclusiva da Polícia Militar. Para corrigir este erro volta-se o presente projeto.

No entanto, o texto do projeto não especifica as emendas à despesa que autorizaram a destinação de verbas na Lei Orçamentária Anual.

Para sanar este erro, propomos a emenda aditiva anexa.

Constitucionalidade

Ante todo o exposto, tendo em vista a emenda anexa e em acordo com a boa técnica legislativa, não se verifica óbice para aprovação do projeto sob análise.

Curitiba, 09 de junho de 2005.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 177/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de iniciativa dos ilustres Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que pretende corrigir a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, que trata do Orçamento Anual do Estado, competência 2004.

Trata-se, pois, de correção de um erro material contido na LOA 2004 do Estado, onde constou equivocadamente como órgão beneficiado na aplicação de recursos financeiros destinados ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, a Polícia Civil ou invés da Polícia Militar, corporação que efetivamente implementa o referido programa.

Voto e Fundamentação

Conforme análise prévia elaborada pela Assessoria da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a qual este relator acata na íntegra e incorpora ao seu parecer, a Assembleia tem legitimidade, inclusive por iniciativa de seus membros, promover alterações decorrentes de correção de erros na Lei Orçamentária do Estado, conforme assegura o artigo 134, parágrafo 3º, inciso III, alínea “a”, da Constituição Estadual.

E conforme consta na análise prévia, o texto original do projeto de lei que visa corrigir o mencionado erro material não especifica as emendas a despesa que autorizam a destinação de verbas na Lei Orçamentária Anual, de forma que a proposição enseja emenda aditiva, passando o artigo 1º, do presente projeto a ter a seguinte redação, onde a parte em negrito é o texto acrescentado:

“Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada pelas emendas à despesa de nºs 2524, 2525, 2526, 2527 e 3985 no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte em que destinou a quantia de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil, para implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.”

E, desta forma, com a emenda aditiva proposta, submetemos ao colegiado desta Comissão um substitutivo com a seguinte redação:

“Súmula: Corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação que especifica da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 2005.

Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada pelas emendas à despesa de nºs 2524, 2525, 2526, 2527 e 3985 no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte em que destinou a quantia de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil, para

implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias na Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao projeto de lei apresentado, pelos ilustres Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca quanto à sua constitucionalidade, legalidade e demais formalidades, para seguir às demais comissões, para análise de seu mérito, porém com a emenda aditiva, que resultou no substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 177/2005

Fica alterado o artigo 1º do projeto de lei, com a adição dos seguintes termos, destacados em negrito, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada pelas emendas à despesa de nºs 2524, 2525, 2526, 2527 e 3985 no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte em que destinou a quantia de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil, para implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.”

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º no texto original do projeto de lei não especifica quais as emendas à despesa, incluídas no Anexo VII da Lei nº 14.600, que exigem a mencionada correção do erro material.

Desta forma impõem-se a emenda acima descrita.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 177/2005

Art. 1º Fica corrigida a denominação para Polícia Militar, da corporação beneficiada pelas emendas à despesa de nºs 2524, 2525, 2526, 2527 e 3985 no Plano de Aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, na parte em que destinou a quantia de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) à Polícia Civil, para

implementação do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias na Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, em decorrência do contido nesta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 177/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, e corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004 (Polícia Militar).

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que emitiu o devido parecer favorável, quanto aos aspectos constitucional e regimental.

Conclusão

Esta Comissão de Orçamento chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão objetiva proceder à correção da denominação da corporação beneficiada com a dotação orçamentária pela Lei nº 14.600, de 27.12.2004, que saiu com a denominação trocada de Polícia Militar para Polícia Civil, pois o PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, é de iniciativa exclusiva da Polícia Militar.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que concede Título de Cidadão Honorário ao Arcebispo de Maringá, Dom Anuar Battisti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 028/2005 de 18.04.2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, concede Título de Cidadão Hono-

rário ao Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná, Dom Anuar Battisti.

Em sua justificativa, o nobre Deputado argumenta que o Arcebispo exerce o seu ofício religioso com proficiência e denodo, possui reputação ilibada, conduta pessoal e profissional irrepreensível, e tem em sua biografia, registro de postura ética e respeitosa. Anexa informações biográficas do Arcebispo, complementando sua justificativa.

A Lei 13.115 de 14.02.2001, em seu artigo 1º, inciso I, determina que:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbice de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Convidamos a 1ª Secretária para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sra. Presidente.

Eu também sou autor desse projeto de lei que concede o Título de Cidadão Honorário a Dom Anuar Battisti, inclusive deve estar na documentação o meu nome.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Não consta na pauta, mas foi alertado pela assessoria da Mesa que V. Exa. de fato, junto com Padre Paulo é co-autor desse título de cidadão honorário. Tadeu Veneri e Paulo Campos.

Aqui consta Tadeu Veneri e Padre Paulo. Não consta o nome de V. Exa.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

O autor pode inclusive se manifestar.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Para encaminhar, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Pode assinar que foi concedido?

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Sim.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Para encaminhar, Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Apenas quero pedir a todos os companheiros que votem favorável. Dom Anuar Battisti é Bispo atualmente da minha Arquidiocese de Maringá. Ele é natural da diocese de Toledo, cidade de Tupãssi e por conta disso é que o Deputado Elton Welter pediu para ser co-autor do projeto.

Então, peço, como autor, para que seja incluído o nome do companheiro Elton Welter, e peço a todos que votem favoravelmente a essa nossa proposta de cidadania honorária a Dom Anuar Battisti.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Gostaríamos que o Deputado assinasse o projeto. Vamos iniciar então a chamada para votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e nove senhores Deputados votaram, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Designo os Deputados Elton Welter, Augustinho Zucchi e Ratinho Júnior, para procederem ao escrutínio desta votação.

Trinta e nove SIM.

Aprovado por unanimidade.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2005, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e Particular e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31.05.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ANÁLISE PRÉVIA A PROJETO DE LEI

Tendo em vista o que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça está adotando uma nova metodologia.

Esta Comissão fará uma análise prévia com o objetivo precípuo de verificar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa dos projetos de lei, além de auxiliar o seu relator na confecção de parecer definitivo.

Ressalte-se, entretanto, que em hipótese alguma a análise prévia vincula o relator do projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 328/2005 ANÁLISE PRÉVIA

Autoria

Deputado Luis Carlos Martins

Súmula

Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de preservação do patrimônio público e particular e adota outras providências.

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins tem o intuito de autorizar o Poder Executivo a implementar tal programa de preservação tendo em vista, principalmente, a coibição da ação de pichadores.

Tal projeto encontra-se respaldado quanto à competência no âmbito constitucional, visto o que dispõe a Carta Constitucional Federal:

“Art. 23. É competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.”

(...)

Ainda:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”.

(...)

No âmbito da Constituição do Estado, o apoio se demonstra a partir do disposto:

“Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.”

(...)

Dispõe ainda:

“Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.”

(...)

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de análise prévia, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 328/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins tem o intuito de autorizar o Poder Executivo a implementar tal programa de preservação tendo em vista, principalmente, a coibição da ação de pichadores.

Tal projeto encontra-se respaldado quanto à competência no âmbito constitucional, visto o que dispõe a Carta Constitucional Federal:

“Art. 23. É competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.”

(...)

Ainda:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”.

(...)

No âmbito da Constituição do Estado, o apoio se demonstra a partir do disposto:

“Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.”

(...)

Dispõe ainda:

“Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.”

(...)

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de análise prévia, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 328/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins e objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Preservação do Patrimônio Público e particular e adota outras providências.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, quanto aos aspectos constitucional, regimental.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão, nos mostra que o Estado deve criar ações e mecanismos no sentido de defender a população da ação indevida de pichadores, punindo esse desvio de comportamento. A

criação desse programa sem sombra de dúvida irá contribuir de forma importante com tal prática.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel em Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2005, de 06.06.2005).**

PROJETO DE LEI Nº 342/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, à Escola Maternal Annete Macedo, do imóvel localizado na Rua Vicente Machado, 589, nesta Capital, constituído de lote de terreno com 815,00 m, contendo área edificada de 350,00 m, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 54.078, Livro 3-BA, na 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º No referido imóvel, a Instituição deverá, exclusivamente, desenvolver as atividades específicas de atendimento a crianças carentes, do berçário ao jardim de infância, podendo o Estado retomar o bem a qualquer momento, caracterizado o desvirtuamento do mencionado objetivo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2005.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 342/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel especificado à Escola Maternal Annete Macedo. Para tal, deveria a instituição desenvolver atividades específicas de atendimento a crianças carentes, do berçário ao jardim de

infância. Ressalte-se que o não cumprimento desse fim motiva a retomada do imóvel pelo Estado.

O projeto estabelece vigência limitada até 31 de dezembro de 2006, podendo essa ser prorrogada pelas partes.

Analizando-se a competência para legislar sobre a matéria, não se encontra qualquer óbice constitucional. Então, vejamos o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

“Art. 25 (...)

§ 1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por essa Constituição”

Com relação à matéria tratada no projeto, o artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná dispõe:

“Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o benefício for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.”

Com certeza o projeto de lei em questão enquadra-se na exceção trazida por esse dispositivo constitucional.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Diante do exposto, expede-se parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 342/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei é da lavra do Poder Executivo, através da Mensagem nº 024/2005, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, à Escola Maternal Annete Macedo, do imóvel localizado na Rua Vicente Machado, 589, nesta Capital, constituído de lote de terreno com 815,00 m, contendo área edificada de 350,00 m, conforme Transcrição das Transmissões sob nº 54.078, Livro 3-BA, na 6ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável, quanto aos aspectos constitucional e regimental.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em tela, não

encontrou nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, o nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 342/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Há sobre a mesa o Requerimento nº 2086, de autoria do Deputado André Vargas, pedindo destaque para a discussão e votação em bloco das Proposições nºs 038, 045 e 046/2005, itens 15, 16 e 17 da Ordem do Dia.

Em votação...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Será votado em bloco, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

O requerimento do Deputado André Vargas.

(**Lê**):

“...subscreeve, no uso de suas atribuições regimentais, destaque para discussão e votação das Proposições nºs 38, 45 e 46, itens 15, 16 e 17 da Ordem do Dia e votação em bloco dos mesmos.”

Colocamos em votação e foi aprovado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sra. Presidente, está contraditório o requerimento. Está pedindo destaque a votação em bloco?

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Foi o que falamos aqui com a nossa assessoria, ou é em bloco ou é destaque.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sra. Presidente, na verdade houve um entendimento entre o Sr. Presidente Hermas Brandão, que fez o requerimento e solicitou que este Deputado assinasse no sentido de preservar a votação em bloco.

Talvez na hora da redação do requerimento não tenha ficado claro, a antecipação dos itens 16 e 17, ou seja, a inversão da pauta para que eles sejam votados em bloco e excetuando, como item a ser votado em separado, o item 15, da Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Então a redação realmente está errada...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Eu pediria apenas para a assessoria corrigir. Seria a antecipação para votar em bloco os itens 16 e 17, preservando para a última votação o item 15.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Enquanto a assessoria faz a correção, vamos proceder - porque não há nenhum inconveniente - à chamada nominal dos itens 16 e 17.

É isso?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Riscando a palavra “destaque”, resolve...

Tem o item 15, tem que fazer outro requerimento mesmo.

Como temos o item 14 para votar em separado, também podemos começar a votá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

O 14 e depois os demais.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, estou apresentando à Mesa requerimento pedindo destaque para o item 17 da pauta, para votar separado.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Mas já foi votado em bloco este requerimento...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas é que eu posso apresentar um requerimento para destaque, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Pode apresentar, mas é que este requerimento que acabamos de ler foi votado e aprovado...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Agora eu quero que a senhora coloque o meu requerimento em votação e já o apresento à Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Na verdade o senhor pode apresentar, mas, pelo Regimento, ele já estaria prejudicado porque já foi votado...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Deputada Elza, permita-me?

(**Assentimento**)

V. Exa. não colocou em votação. Pode ver nas notas taquigráficas. V. Exa. falou: em votação; e daí foi questionada pelo Deputado André Vargas e por mim a respeito do teor do requerimento.

Então, não foi ainda votado; a assessoria da Mesa pode lhe garantir isso.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Além do que, Sra. Presidente, o Regimento Interno da Casa veda a votação em bloco de vetos.

O Regimento da Casa proíbe a votação em bloco de vetos.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Na verdade eu queria dizer aos companheiros: primeiro, é a primeira vez que presido a Sessão; segundo, houve uma pequena confusão aqui da assessoria da Mesa; terceiro, nós colocamos em votação muito rapidamente, talvez não tenha sido percebido; e quarto, não há problema nenhum que se refaça e se restabeleça a ordem no Plenário atendendo ao pleito dos companheiros.

Consulto o Deputado André Vargas se ficaria retirado do seu requerimento a Proposição 17, para que haja o destaque, a discussão.

Feito isso, eliminamos o problema.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, quanto a isso, só quero colocar para a Mesa, para que não venhamos incorrer num erro. Eu tinha um veto, há questão de umas duas semanas. Alguém solicitou a votação em bloco. Após a votação a esse requerimento, eu pedi destaque para o meu veto. Não me foi concedido.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Eu me lembro.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Não quero entrar no mérito, em absoluto. Estou indo pela questão legal, àquilo que me foi deferido em relação ao meu veto. Se nós abirmos precedente, no dia em que eu tiver um veto e for votado em bloco, embora o requerimento tenha sido apresentado, pedindo “em bloco”, vou solicitar também, “em separado”.

Fica essa questão, porque V. Exa. colocou em votação. Eu votei o requerimento.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Só uma questão, eu apresentei o requerimento...

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Não foi votado ainda.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

A sugestão de que se excetue o item 17. Para organizar a pauta: deixe que o item 15 fique por último.

Não há problema nenhum.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

E o nº 17 fica antepenúltimo e o 15, o último.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

É só esse o encaminhamento. É uma questão de ordenamento.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Deputado André, deixamos para último o 15; o antepenúltimo o 17 e votaremos agora o 14 e o 16.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

O 14 e o 16. Ok. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Em votação o requerimento do Deputado André Vargas.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Qual é o requerimento? Ele solicita o quê, agora?

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

A votação em bloco dos itens 14 e 16.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

14, 15 e 16?

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

14 e 16.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Só. Excluiu-se agora...

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

O 17 e o 15.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Eu só gostaria de informar à assessoria da Mesa que, num futuro eu vou questionar sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Certo.

Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado André Vargas, permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicito à nossa 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação dos itens 14 e 16.

Discussão Única

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 035/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação na forma que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 033/2005

Curitiba, 24 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 379/2004, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 301/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiantes expostos.

Dispõe o autógrafo sobre processamento de solicitações para criação de cursos de graduação na área de saúde, atribui competência ao Conselho Estadual de Educação; faz conexão da matéria ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Nacional de Saúde e estabelece equivocada linha de vinculação, pela visível subordinação por anuência prévia dos órgãos representativos das áreas profissionais de saúde, como condição para tomada de decisões dos colegiados públicos citados.

Pelo acima descrito, observa-se que a medida, tal como está posta, não apresenta as necessárias condições de exequibilidade, eis que estabelece relacionamento difuso e muito complexo entre órgãos do Estado e da União com entidades classistas.

Por outro lado, como principal motivação do veto ora apostado aponta-se a indiscutível inconstitucionalidade do projeto de lei em causa, porque, não tendo sido proposto pelo Chefe do Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que define competência privativa para início do processo legislativo de leis que disponham sobre as atribuições de Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 301/2003, encontra-se publicado no DA nº 134/2004, de 15/12/2004, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 035/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 301/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que estabelece requisitos para criação, autorização de funcionamento e abertura de novas vagas, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 045/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 189/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 058/2005

Curitiba, 25 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 050/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 189/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiantes expostos.

Objetiva o autógrafo proibir a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná. Visa ainda, vedar a estipulação de tais taxas em contratos e tornar nulas as cláusulas daqueles já firmados que as possuam

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade porque afronta o mandamento contido no artigo 22, inciso I, da Magna Carta Federal, segundo o qual a competência para legislar sobre a matéria é privativa da União.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 189/2004, encontra-se publicado no DA nº 029/2005, de 19/04/2005, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 045/2005

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, concluiu-se que a presente Proposição de Veto nº 45/2005, que trata do Projeto de Lei nº 189/2005, de iniciativa do Deputado Estadual Mauro Moraes, foi apostado no prazo regimental, apresentando parecer favorável à normal tramitação do veto em comento.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Votaram 43 Srs. Deputados.

Chamamos os Deputados Luiz Nishimori, Miltinho Pupio e Augustinho Zucchi para procederem à contagem dos votos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Prefeito Donald Wasner, de Terra Roxa, bem como o Vice-Prefeito Edson Bachiesa.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Registramos e agradecemos a presença dos nossos ilustres visitantes.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Resultado da votação, Sra. Secretária. Trinta e seis SIM, sete NÃO.

Mantidos os vetos.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Quatro Barras, o Vereador Laio, e a Vereadora Roseli, que estão conosco aqui fazendo uma visita.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Agradecemos a visita e queremos dizer que nos honram com suas presenças.

Sejam bem-vindos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, a votação qual foi?

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

O resultado foi pela manutenção do veto, sendo 36 SIM e 07 NÃO.

Está em votação o item 17.

ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 058/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura do Município de Itapejara d'Oeste, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 057/2005

Curitiba, 25 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 61/2005, dessa Presidência e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 058/2005, por julgá-lo con-

trário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual, assertiva esta confirmada por manifestações da FUNDEPAR, demonstrando interesse em tal imóvel para construção de prédio escolar.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(**O Projeto de Lei nº 058/2005 encontra-se publicado no DA nº 007/2005, de 01/03/2005, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 046/2005

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, concluiu-se que a presente Proposição de Veto nº 46/2005, que trata do Projeto de Lei nº 058/2005, de iniciativa do Deputado Estadual Augustinho Zucchi, foi apostado no prazo regimental, apresentando parecer favorável a normal tramitação do veto em comento.

Sala das Comissões, em 20.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 2088, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 046/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 058/2005.

Aprovado.

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada dos Srs. Deputados e Deputadas para a votação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)
(**Procede à chamada nominal**)

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Quarenta e quatro votantes.

Pedimos aos Deputados Pedro Ivo, Reni Pereira e Francisco Bühler, para que procedam à contagem dos votos.

(**Procede-se o escrutínio dos votos**)

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Enquanto procedem à contagem, queremos relembrar aos colegas que o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão, tem a honra de convidar para assistir a Sessão Solene de outorga do título de Cida-

dania Benemerita do Paraná ao alpinista Waldemar Niclevicz, por proposição do então Deputado Orlando Pessuti, encaminhada pelo Deputado Antonio Anibelli.

Será hoje, às 17h00, aqui no plenário da Assembleia Legislativa.

Estão todos convidados.

Quarenta e quatro votantes.

Vinte e dois SIM; dezenove NÃO; um BRANCO e dois NULOS.

Está mantido o veto.

Passamos à próxima votação.

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 041/2005

Curitiba, 19.04.2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 06/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 169/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer limites máximos de número de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual de Ensino.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência é devida ao resultado de análise feita pela Secretaria de Estado da Educação, cujas conclusões adoto como razões fundamentais do veto aposto e seguem adiante transcrito:

“ - De acordo com a Resolução nº 864/2001, que estabelece critérios para composição de turmas nas modalidades e níveis de ensino nos estabelecimentos estaduais, o número de alunos é distribuído conforme o espaço das salas de aula, 36 m2 e 48 m2, tamanho padrão da maioria das salas de aula dos prédios escolares, tendo 1 m2 por aluno e 3 m2 para o professor, conforme página 07 da Deliberação nº 004/99, de 05.03.1999, do Conselho Estadual de Educação. Esta Resolução foi elaborada com o objetivo de aprimorar a gestão do espaço físico na Rede Estadual de Educação.

- De acordo com a resolução supracitada, as turmas compostas para os alunos de 1ª a 4ª séries são de 25

alunos no mínimo e 30 alunos no máximo, para salas de 36 ou 48 m2. Alunos de 5ª a 8ª séries deverão formar, em salas de 36 m2, o mínimo de 30 e o máximo de 33 alunos; para salas de 48m2, mínimo de 35 de máximo de 40 alunos; para os alunos de Ensino Médio, em salas de 36 m2, mínimo de 30 e máximo de 33 alunos; para salas de 48 m2, mínimo de 40 e máximo de 45 alunos. A mesma composição serve para a Educação de Jovens e Adultos.

Alertamos que seguindo os critérios propostos no Projeto de Lei 169/2003, prevemos as seguintes consequências:

1. Necessidade de maior dotação orçamentária para atender aos custos referentes a um considerável aumento de professores, funcionários e especialistas.

2. Acréscimo de turnos e turmas, se considerarmos o total de matrículas efetivadas em 2005.

3. Obrigatoriedade de ampliação da rede física, principalmente em número de salas de aulas para abrigar o acréscimo de turmas.

4. Aumento do número de ônibus para o transporte escola municipal/estadual.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 169/2005 encontra-se publicado no DA nº 014/2005, de 16.03.2005, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, determina o número máximo de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública.

O projeto de lei foi vetado face parecer da Secretaria de Estado da Educação, que informou que o cumprimento do projeto de lei acarretaria as seguintes consequências:

“1. Necessidade de maior dotação orçamentária para atender aos custos referentes a um considerável aumento de professores, funcionários e especialistas.

2. Acréscimo de turnos e turmas, se considerarmos o total de matrículas efetivadas em 2005.

3. Obrigatoriedade de ampliação da rede física, principalmente em número de salas de aulas para abrigar o acréscimo de turmas.

4. Aumento do número de ônibus para o transporte escola municipal/estadual.”

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

(aa) Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Em votação.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Pela Ordem)

Quero consultar à Mesa se é possível a retirada desse veto da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Elza Correia)

De acordo com o Regimento Interno, não há possibilidade de retirada nesta fase, do projeto em pauta. Temos que votá-lo.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (PT) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, gostaria que, enquanto peço voto aos Srs. Deputados - o Deputado Bradock informou-me que já foram retirados outros projetos de pauta - se é possível verificar se temos condições de retirar esse.

Caso contrário, gostaria de pedir aqui a todos os Srs. Deputados: este é um projeto importante, que limita o número de alunos em salas de aula. Todos os Deputados com certeza têm ligação com professores, com a educação do nosso Estado; todo mundo está preocupado.

Gostaria então de pedir o voto contrário ao veto para que pudéssemos manter o projeto. Um projeto importante para o nosso Estado, dá uma qualidade melhor na educação, limita o número, colocando de 1ª à 4ª série no máximo 25 alunos; de 5ª à 8ª série, no máximo 30 alunos e no ensino médio, no máximo 35 alunos.

Então, gostaria de pedir a compreensão de todos os Deputados, o apoio a este projeto, que votassem conosco pela derrubada deste veto, atendendo assim também um pedido da APP-Sindicato.

Temos aqui o presidente da APP, José Lemos, que está acompanhando esta Sessão. É um pedido da APP para que possamos derrubar esse veto e manter o projeto trazendo com toda a certeza uma qualidade melhor na educação do nosso Estado, valorizando também os nossos professores e valorizando os nossos alunos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Da mesma forma que a Deputada Luciana Rafagnin, acredito que o veto ao projeto que foi aprovado aqui por unanimidade. Deputada Luciana Rafagnin, na verdade há um mal-entendido e um equívoco, porque me parece que este projeto tem uma extrema rele-

vância para o ensino no Estado do Paraná, quando propõe que tenhamos nas salas de aula um limite de alunos que já é cumprido em outros Estados da Federação.

Inclusive está aqui o Presidente da APP Sindicato, que já nos informava que o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, e Estados do Nordeste já têm há muito tempo uma quantidade de alunos dentro das salas de aula que nem de longe chega a ser aquilo que temos aqui no Paraná.

E solicitei, Sra. Presidente, para encaminhar, porque temos hoje uma situação como, por exemplo, próximo a Guarapuava, onde algumas escolas chegam a ter 52 alunos por sala de aula. E, obviamente, que um projeto como esse da Deputada Luciana Rafagnin, que limita em 25 e 35 o número de alunos por sala de aula, nós aprovamos por unanimidade e acredito que temos, até por coerência, que derrubar o veto.

Não faz sentido, em uma votação aberta, termos 44 votos a favor do projeto, e em uma votação secreta o veto ser mantido. Ora, se o veto é mantido naquela processo que a discussão é a mesma, em um processo que nós sabemos que nada mudou da votação para cá, gostaria inclusive que tivéssemos, Sra. Presidente, uma discussão bastante séria dentro deste Parlamento, para que não houvesse mais voto secreto, porque não é possível fazermos dezenas de votações, todas elas por unanimidade, dezenas de vetos e depois todos os vetos serem mantidos! As coisas que acontecem entre o voto e o veto acabam criando constrangimento!

Então, nesse sentido estamos nos colocando pela derrubada do veto, pelo voto NÃO, para que possamos, de antemão, já nos colocamos aqui a favor do projeto da Deputada Luciana Rafagnin e creio que vamos contar com o apoio de outros Deputados desta Casa, também a favor da educação.

Obrigado, Sra. Presidente!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Sem Partido) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente Deputada Elza, esse é um dos projetos mais relevantes apresentados, creio que em toda história da Assembléia Legislativa. Todos eles são relevantes! Quero aqui parabenizar publicamente a Deputada Luciana Rafagnin - todos nós que nos preocupamos com a educação. É um projeto relevante e peço aos companheiros que votem NÃO ao veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente.

Eu, por duas razões, primeiro, para pedir aos Deputados, para votarmos com a Deputada Luciana no NÃO.

E segundo, para dizer ao Deputado Tadeu Veneri que ele acorda tarde, porque fizemos a reforma do Regimento há poucos dias e ele poderia ter entrado com uma sugestão para que o voto não fosse secreto.

Então, nós estamos apenas, ao votar secretamente, respeitando o Regimento, porque senão, quem ouve o discurso do Deputado Tadeu, até parece que nós não queremos votar aberto.

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Solicito ao 1º Secretário para que proceda, então, à chamada para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Gostaria de dizer que as cédulas de votação devem ser apanhadas dentro da cabine de votação e não entregues por Deputado em Plenário.

Isso depõe contra o Regimento Interno. Por favor!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Continua chamada nominal dos Srs. Deputados**)

A SRA. PRESIDENTE (**Elza Correia**)

Quarenta e sete Deputados votaram: vinte e três (23), NÃO; vinte e quatro (24) SIM.

Mantido o veto.

Requerimento

Sobre a mesa, Requerimento nº 2083, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2084, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2087, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após esta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 177, 092, 328 e 342/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDIR ROSSONI EM SESSÃO DO DIA 29 DE JUNHO DE 2005.

“O Guarda da Esquina e os Ninjas da PF”

Jornalista Sebastião Nery

Pedro Aleixo era o jovem Presidente da Câmara Federal, em 37, quando Getúlio fechou o Congresso e implantou o Estado Novo. Ele denunciou o golpe, pegou a pasta e voltou para Minas para advogar e ensinar.

Em dezembro de 68, Pedro Aleixo era o vice de Costa e Silva. O Brasil fervia como hoje. Os estudantes, comandados por quatro jovens (Luis Travassos, Presidente da UNE, José Arantes, vice, Vladimir Palmeira no Rio e José Dirceu em São Paulo) ganhavam as ruas em passeatas colossais. E a Câmara negou licença para processar o Deputado Marcio Moreira Alves.

Numa reunião tensa, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, o inefável Gaminha, tirou da pasta um dos mais brutais textos que o Brasil já leu: o AI-5. Magalhães Pinto, Delfim Neto, outros, ficaram calados. Jarbas Passarinho mandou “às favas os escrúpulos”. Veio a voz rouca e solene de Pedro Aleixo:

- Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o País. O problema é o guarda da esquina.

Um silêncio pesado baixou sobre a longa mesa do Palácio Laranjeiras.

O AI-5

A CNBB, a Ordem dos Advogados, políticos experientes, editoriais dos jornais, começam a chamar a atenção para o AI-5 de Lula: as pirotécnicas operações da Polícia Federal. Apesar da presença, no Ministério da Justiça, de uma das melhores e mais respeitáveis figuras da vida jurídica nacional, a PF, com tantos e tão valiosos serviços prestados ao País, está exorbitando.

Devia trabalhar com informação e inteligência e está desfilando nas televisões com um grupo de homens vestidos de jeans negros, capuzes negros, botinas negras, óculos de lentes negras, músculos e armas à vista, sempre acompanhados das inseparáveis e barulhentas viaturas das redes de TV. Um espetáculo de horror, de fazer inveja a qualquer programa de mundo cão.

Invadem residências, algemam famílias, empresários, trabalhadores, mulheres e idosos, que sequer foram julgados ou condenados pela Justiça. Se a polícia está ali a serviço do Ministério Público e da Justiça, para apurar, levantar provas, preparar processos, por que levar sempre a TV, escancarando acusações, estraçalhando biografias, julgando e condenando antes da Justiça?

Ainda agora o País viu, estupefato, um Diretor do IBAMA preso, algemado e levado, diante de um pelotão

de televisões, e quatro dias depois mandado embora sem qualquer acusação, sem desculpas e afinal sem algemas.

Há pouco, na CPI da Pirataria, na Câmara, que fez um profundo inquérito sobre o contrabando e a sonegação, apareceu um “Dom Fernando Ramazzini”, Presidente da ONG ABCF (Associação Brasileira de Combate à Falsificação), um estranho biombo, querendo “colaborar”. Levava fitas de video, gravações telefônicas, dossiês, fotos, relatórios. O alvo era um só: as empresas nacionais de bebidas que incomodavam a multinacional AMBEV.

Os membros da CPI desconfiaram e lhe perguntaram de onde vinha tudo aquilo, como conseguira, quanto gastara e sobretudo se tinha autorização judicial para tantas “operações”. Gaguejou, suou frio, não disse nada e sumiu.

Agora, a PF invadiu a última grande cervejaria nacional, a Schincariol, fundada há exatos 66 anos por um saudoso amigo, Primo Schincariol, guerreiro e trabalhador incansável, italianão louco pelo Brasil, desses que construíram a grandeza de São Paulo, e cujos herdeiros, gente simples e pacata de Itu, saltaram de irrisórios 2%, no bilionário mercado de cerveja, para 15%.

Construíram gigantescas fábricas em vários Estados, uma delas a maior da América Latina, 7 mil empregados diretos e 25 mil indiretos, pagaram R\$ 1 bilhão de impostos em 2004, com uma empresa 100% nacional, foram presos, algemados nas TVs, como não se fez com Fernandinho Beira-Mar.

AMBEV

Sabem qual o material que a PF usou para conseguir o mandato de prisão (e arrombamento, invasão e humilhação nas TVs), com um jovem e respeitável juiz de 29 anos de Itaboraí, no interior do Rio de Janeiro? Os grampos ilegais, os dossiês marrons, os filmes clandestinos, que o “Dom Ramazzini” ofereceu e a CPI rejeitou, por desconfiança e bom faro.

Curiosa coincidência: a “Operação Cevada” foi exatamente no dia em que era aprovada a venda da AMBEV (Brahma, Antarctica, Skol e outras) para a belga Interbrew, notícia escondida em cantos de páginas dos jornais. Enquanto isso, as TVs mostravam a mais de 50 milhões de brasileiros os filhos e netos do bravo Primo, bandeirantes do interior de São Paulo, patrões de milhares de trabalhadores, dentre os maiores pagadores de impostos do País, sendo jogados no fundo de camburões, sem julgamento ou condenação.

O Delegado Carlos Rayol, da Polícia Federal, escreveu no seu blog na internet que “não era a Operação Cevada, mas a Operação AMBEV” (para conferir: <http://voxlibre.blogspot.com>).

Por que não houve algemas e TV nos R\$ 3 bilhões que a Receita Federal está cobrando da AMBEV na Justiça?

É para cobrar, cobre-se! É para denunciar, denuncie-se! É para julgar, julgue-se! É para condenar, condene-se! É para prender, prenda-se! Mas temos uma

Constituição e temos leis. O Brasil não pode virar um estado policial.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 062/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4970, datado de 23 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder trinta (30) dias de férias, relativas ao exercício de 2004 a 2005, ao servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ALBERTO MAINGUE, matrícula nº 40.212, que serão usufruídas a partir de 1º de julho de 2005.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 063/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5152, datado de 29 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde, para a servidora deste Poder Legislativo, MARIA CRISTINA PEREIRA KURUTZ, matrícula nº 40.310, de quinze (15) dias, a partir de 02 de junho de 2005, término em 17 de junho de 2005. CID 10 - N 921.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 064/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5153, datado de 29 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde, para o servidor deste Poder Legislativo, MAURO SOARES DOS SANTOS, matrícula nº 40.921, de cento e vinte (120) dias, a partir de 29 de junho de 2005, término em 28 de outubro de 2005. CID 10 - I.64.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral